

EMILIA SIMÕES DILLINGER OUBRIER; DANILLO LISBOA BATISTA²

¹ Université Clermont Auvergne - UCA; Mestre | emilia.oubrier@gmail.com

² Universidade de São Paulo - USP; Doutorando | danillolisboa@usp.com

INTRODUÇÃO

Edith Stein (1891 – 1942), em seu caminho de investigação fenomenológica, ao buscar compreender a *estrutura da pessoa humana*, colocou em evidência elementos essenciais para a compreensão da pessoa em sua relação com a comunidade. Partindo da estrutura da pessoa humana com suas dimensões corporea, psíquica e espiritual, Stein afirma que, constitutivamente, o ser humano possui a capacidade de abertura ao mundo e ao outro. Nesse sentido, partindo de uma exploração conceitual da ideia de comunidade defendida por Stein, a presente pesquisa tem por interesse se apropriar do debate promovido pela filósofa, considerando-o como antecipatório e de grande relevância para a interface da Psicologia com o campo dos processos grupais.

OBJETIVO

O objetivo dessa pesquisa é identificar, a partir das contribuições de Edith Stein, a contribuição do conceito de comunidade para o trabalho grupal. Com isso, espera-se ainda alcançar uma compreensão ampliada dos diferentes tipos de agrupamentos sociais que se apresentam na atualidade.

MATERIAL E MÉTODOS

Embasada pela pesquisa bibliográfica, partindo da obra *“Indivíduo e Comunidade”* da filósofa Edith Stein, e recorrendo ainda à produção de comentadores da obra, esta pesquisa visa clarificar as especificidades do conceito de comunidade, a fim de identificar suas características, potencialidades, consequências e contribuições para o trabalho com grupos sociais na atualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os estudos de Edith Stein mostram que diferentes tipos de agrupamento social carregam características diversas naquilo que concerne a qualidade da relação estabelecida entre seus membros e o acento dado a cada dimensão da pessoa. Para Stein:

A comunidade surge involuntariamente ou baseada em condições e estilos de vida comuns (classe escolar, vizinhança), baseada em vínculos originários (família, estirpe, genealogia, povo) ou, com intervenção de atos livres, baseada em atitudes e sentimentos pessoais recíprocos (vínculos de amizade, comunidade matrimonial), ou baseada em uma orientação comum a um âmbito de valor (comunhão de interesse científico ou artístico; comunidade de crentes) (Stein, 1932-33/2000, p.191).

Isso significa que a comunidade pressupõe uma vida comum, alimentada por motivos comuns, e ela se constitui a partir da “disponibilidade ativa entre os participantes, marcada por uma abertura solidária, que preserva, contudo, a própria singularidade. (Prado & Cardoso, 2020, p.10)

Os membros da comunidade se reconhecem como sujeitos e partem de uma abertura recíproca no modo de se relacionar. Ademais os relacionamentos não se restringem a papéis pré definidos, permitindo uma maior liberdade de ação e mostrando uma ênfase também na dimensão espiritual.

Segundo Carneiro, o contexto relacional da comunidade possibilita o crescimento e a realização das pessoas. *“No encontro concreto com os outros, o sujeito se percebe como igual e ao mesmo tempo distinto. O outro é uma referência contínua que lhe permite uma comparação com sua percepção interior, e que lhe possibilita ter cada vez mais consciência de si mesmo.”* (Carneiro, 2011, pp. 279-280)

Essa visão interacionista e de interdependência entre pessoa e comunidade não significa, porém, que a pessoa seja absorvida pela comunidade. Stein afirma que a particularidade de cada pessoa “não só é preservada na vida da comunidade, mas é necessária para a configuração da personalidade e do caráter próprio desta última”. (Stein, 1922/1999ax em Coelho, p.64)

A pessoa enriquece a vida comunitária com seu modo peculiar de viver as coisas, ao mesmo tempo em que a vida comunitária proporciona um ambiente favorável ao desenvolvimento pessoal, auxiliando o sujeito a entrar no caminho formativo de se tornar cada vez mais si mesmo. (Carneiro, 2011, pp. 279-280)

Para melhor compreender a comunidade, Stein a diferencia de outros dois tipos de agrupamento social: a massa e a sociedade. O que caracteriza a massa como agrupamento social é que os indivíduos que a constituem não têm uma tomada de posição consciente, eles ficam no nível das reações, da excitabilidade da psique individual (nível das dimensões corporeo-psíquicas). Ela depende de um guia que aponte o que fazer e que determine as ideias dominantes, enquanto os indivíduos servem a esse projeto alheio. Nesse tipo de agrupamento social a singularidade do indivíduo é diluída na massa, ele não se expressa suas particularidades visto que segue uma determinação externa e não exerce sua liberdade.

A sociedade, por sua vez, nasce de uma decisão arbitrária de pessoas de criar uma organização voltada para um fim. Os indivíduos se consideram a si e aos outros como meios para atingir essa finalidade, ou seja, como objetos. Isso significa que a dimensão espiritual é envolvida, além do nível corporeo-psíquico, uma vez que há uma decisão de estar juntos, mas o relacionamento permanece em um nível objetivo : cada indivíduo tem uma função, um papel pré-definido. Nesse caso, a singularidade do indivíduo é considerada segundo sua utilidade para o objetivo final.

Stein observa porém que avaliar qual a melhor pessoa para desempenhar uma função pressupõe uma vida em comum, e exige que em algum momento o indivíduo seja considerado como sujeito. Portanto, a autora afirma que “a sociedade não poderia existir sem ser, até um certo ponto, uma comunidade.” A visão de Stein considera que não há uma forma de agrupamento social puro, ou seja, o grau de implicação e o nível de relacionamento entre os participantes pode variar de um membro para o outro, ou em diferentes momentos para um mesmo membro, e se dá de forma dinâmica.

Comparando os três tipos de agrupamento social vemos que a comunidade se distingue dos demais por seu papel formativo em relação ao indivíduo. Ela o encoraja a manifestar sua singularidade e a realiza-la plenamente, e por outro lado tem nesta realização da pessoa o seu motor e a sua identidade. Como jaz abordado, a experiência comunitária permite que a pessoa se desenvolva sob aspectos que não poderia se não estivesse nesse ambiente e suscita propósitos que irão motivar as ações e posicionamentos do indivíduo diante do mundo.

CONCLUSÃO

A partir da exploração do conceito de comunidade defendido por Edith Stein, podemos alcançar uma diferenciação entre os conceitos de massa, sociedade e comunidade. Tais diferenciações ocorrem devido as qualidades presentes em cada tipo de relações intersubjetiva desenvolvidas entre pessoas, de maneira tal que, cada tipo de agrupamento repercute sobre as três dimensões da pessoa: corpórea, psíquica e espiritual. Essa diferenciação nos permitiu compreender a potência do conceito de comunidade para a formação da pessoa, haja vista seu caráter formativo que leva em consideração da totalidade do ser.

Nesse sentido, concluímos que no campo da saúde mental, os agrupamentos do tipo “comunidade”, podem permitir aos participantes maior possibilidade de experimentar vivências corpóreas, psíquicas e espirituais de maneira mais integrada, dialógica e participativa, pois, tal tipo de agrupamento contribui para a consideração do participante do grupo em sua totalidade constitutiva enquanto *pessoa humana*, termo desenvolvido pela própria Stein. A partir dessa consideração, torna-se possível preservar ao participante do grupo um lugar de participação que considera sua individualidade, intimidade e sociabilidade em um constante diálogo coletivo, cujas potencialidades podem favorecer no participante do grupo o encorajamento para a manifestação de sua singularidade, uma vez que a experiência comunitária parece permitir que a pessoa se desenvolva sob aspectos que não poderia fazê-lo se não estivesse nesse tipo de agrupamento específico, cujas características parecer motivar ações e posicionamentos pessoalmente implicados.